

10, 11 e 12 de novembro de 2025

POLITÉCNICO DO PORTO / ISCAP
PORTO - PORTUGAL

ENTRE ESTANTES E IDENTIDADES: DIVERSIDADE DE GÊNERO E DEMOCRACIA CULTURAL NA BIBLIOTECA PÚBLICA ESTADUAL GRACILIANO RAMOS

Willian Lima Melo, Universidade Federal de Alagoas, <https://orcid.org/0000-0001-9298-1333>, Brasil, willian.melo@delmiro.ufal.br

Rayanny Eleticia Medeiros de Moura, Universidade Federal de Alagoas, <https://orcid.org/0009-0003-0898-8068>, Brasil, rayanny.moura@ichca.ufal.br

Eixo: Impactos Sociais

1 Introdução

A Constituição de 1988 do Brasil introduz uma inovação importante ao tratar a cultura como um direito. Em outras palavras, o Estado tem a responsabilidade de garantir esse direito, mas também é fundamental que haja incentivo e reconhecimento das diversas formas de promoção cultural (Silva, Araújo & Midlej, 2021).

O objetivo geral deste estudo é identificar potenciais de democracia cultural inclusivas de diversidade de gênero na Biblioteca Pública Estadual Graciliano Ramos.

Moura e Melo (2024) exploraram a Biblioteca Pública Estadual Graciliano Ramos (BPGR) em aspectos de democratização: investigações voltadas ao aspecto da promoção e do acesso a esses ambientes. Para este estudo, é trazido a democracia cultural, discutindo garantias de representatividade equitativas presentes em equipamentos culturais, em especial as de caráter inclusivo de diversidade de gênero.

Em termos metodológicos, a pesquisa é de caráter descritivo e perspectiva de análise qualitativa. Utilizou-se da pesquisa bibliográfica, de análises documentais e visita de campo com observação sistemática.

2 Referencial Teórico

A Constituição Federal de 1988 (Brasil, 2023), ao tratar dos "direitos culturais", reflete o compromisso com os princípios da cidadania. A formalização desse direito, está relacionada à ideia de que "hoje é imprescindível reconhecer que a vida humana deve estar conectada à cultura" (Miranda, 2018, pp.7). A Constituição não apenas aborda o tema cultural, mas também estabelece a necessidade de uma análise detalhada e sistemática da cultura como área de ação pública, enfatizando que a cultura se torna um direito fundamental.

Em relação aos aspectos da democracia cultural, têm-se o entendimento do propósito do conceito de cultura. Silva, Araújo & Midlej (2021) recorrem às ideias de Dewey (1980) e afirmam que as experiências culturais proporcionam um repertório para os indivíduos, ampliando suas competências culturais e sua capacidade reflexiva. Isso implica que a cultura deve ser entendida como uma vivência dinâmica e não apenas como algo a ser contemplado.

A materialização dos direitos culturais nem sempre é garantida, pois depende de fatores políticos e sociais específicos de cada contexto (Barbalho, 2019). Esse cenário aponta um desafio significativo: o direito cultural é

formalizado, mas a sua plena execução depende de ações concretas.

A cidadania, como fundamento do Estado brasileiro, está ligada a todas as ações do governo, incluindo saúde, educação e cultura (Cunha Filho, 2018, pp.111). O alcance da cidadania está diretamente relacionado à capacidade do Estado de proteger os direitos culturais e garantir sua plena execução.

No contexto das bibliotecas públicas, entende-se que elas desempenham um papel crucial na promoção da educação, cultura e acesso à informação, sendo fundamentais para o desenvolvimento e a identidade de uma sociedade. A Federação Internacional de Associações de Bibliotecários e Bibliotecas (IFLA) tem trabalhado para padronizar os serviços bibliotecários em nível global. Em 1994, a IFLA, em parceria com a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), publicou o Manifesto IFLA/UNESCO sobre Bibliotecas Públicas, que orienta as práticas e decisões dentro das bibliotecas públicas, promovendo um ambiente que reflita a verdadeira missão dessas instituições (Moyses, Mont'Alvão & Zattar, 2019).

As bibliotecas públicas devem ser imparciais, democráticas e oferecer uma infraestrutura que atenda às necessidades de todos os membros da comunidade, devendo superar a visão conservadora de apego exacerbado apenas ao acervo. A biblioteca pública passiva, isolada, que demonstra falta de interesse na promoção de mudanças, e de perfil tecnicista, entre outros fatores, esbarra na ideal de instituição democrática não acompanha a sociedade e suas transformações (Almeida Júnior, 2013).

A BPGR, localizada em Alagoas, exemplifica uma biblioteca pública que atende ao público local, com recursos e infraestrutura que busca atender às necessidades da comunidade. Freitas & Silva (2013) sinalizam a atuação desta instituição como um centro de disseminação de informação, sendo um agente de mudança na sociedade que estimula o gosto pela leitura e pelo aprendizado.

3 Procedimentos Metodológicos

Este estudo é de natureza descritiva com perspectiva analítica qualitativa, pois buscou caracterizar uma realidade específica, (Bufrem & Alves, 2020). Utilizou-se da pesquisa bibliográfica, de análises documentais e visita de campo com observação sistemática. As categorias analíticas selecionados para o estudo relacionados à BPGR foram: desenvolvimento de coleções inclusivas voltadas à diversidade de gênero; diversidade de serviços para a comunidade; competência profissional dos recursos humanos disponíveis no contexto prático operacional inclusivo.

Essas variáveis são compatíveis ao referencial teórico base utilizado no estudo: democracia cultural e biblioteca pública como instituição sociocultural.

A pesquisa de campo foi realizada na BPGR em abril de 2025.

4 Resultados Parciais

A respeito das categorias investigadas, escolhidas, à luz do referencial teórico base, verificou-se que: (i) desenvolvimento de coleções inclusivas voltadas à diversidade de gênero: a biblioteca possui uma política geral de desenvolvimento de coleções, mas não contempla critérios específicos para obras sobre diversidade de gênero ou temática LGBTQIA+. A inclusão desses materiais ocorre de forma espontânea. Há registros de autores trans no acervo, mas sem catalogação direcionada. A biblioteca parece seguir os princípios de não censura definidos pelo Manifesto da UNESCO. Segundo informações coletadas, a política interna é acessível a pesquisadores mediante solicitação, mas não é divulgada publicamente. Em resumo, o cenário aponta para a importância de estratégias mais inclusivas e direcionadas na curadoria de acervo; (ii) diversidade de serviços para a comunidade: a biblioteca realiza atividades culturais e educativas, que, eventualmente, abordam a diversidade de gênero, embora não de forma sistemática ou contínua (informação coletada na rede social da instituição). No que diz respeito ao acolhimento de pessoas trans,

não binárias e de outras identidades de gênero, observou-se que a biblioteca segue princípios de inclusão e não-discriminação, em conformidade com seu papel público. Não há, no entanto, parcerias formais com coletivos LGBTQIA+. Em aspecto geral, percebeu-se que os serviços ofertados são positivamente recebidos pela comunidade, demonstrando impacto social, ainda que os canais institucionais da biblioteca não apresentem indicadores específicos para populações específicas; (iii) competência profissional dos recursos humanos disponíveis no contexto prático operacional inclusivo: foi percebido em observação que a equipe da biblioteca ainda não recebeu formação específica sobre diversidade de gênero ou atendimento inclusivo, o que demonstra que potencialmente não há incentivo institucional evidente voltado ao uso de linguagem inclusiva. A percepção interna é que os profissionais estão preparados, embora sem formação adequada para lidar com essas questões.

5 Considerações Parciais

De modo geral, a percepção foi de que a biblioteca pública estudada demonstra abertura para dialogar, acolher e tratar questões relacionadas à diversidade de gênero, contemplando minimamente dimensões de democracia cultural. No entanto, essa abertura ainda não se traduz em um compromisso intencional e ativo de inclusão. O cenário observado revela uma abordagem incipiente, com pouca estrutura evidente e ausência de ações estratégicas voltadas especificamente para essa temática. Não foi identificadas iniciativas de capacitação técnica ou engajamento consistente da comunidade da biblioteca em projetos voltados à diversidade de gênero. Ainda assim, no contexto geral de usuário, é significativo perceber que existe disposição para acolher diferentes identidades e temáticas no acervo e nos serviços oferecidos, mesmo que, muitas vezes, esse movimento não avance por falta de incentivo e suporte de instâncias governamentais.

Referências

- Almeida Júnior, O. F. (2013). Biblioteca pública: avaliação de serviços. Edel.
- Brasil (2023). Constituição da República Federativa do Brasil. Supremo Tribunal Federal : Secretaria de Altos Estudos, Pesquisa e Gestão da Informação.
- Bufrem, L. S. & Alves, E. C. (2020) A dinâmica da pesquisa em Ciência da Informação. Editora UFPB.
- Cunha Filho, F. H. (2018). Teoria dos direitos culturais. Edições Sesc São Paulo.
- Dewey, J. (1980) Art as experience. Perigee Books.
- Federação Internacional de Associações de Bibliotecários e Bibliotecas. (2012). Em C. Koontz & B. Gubbin (Eds.), Diretrizes da IFLA para Bibliotecas Públicas, Briquet de Lemos.
- Freitas, M. A. & Silva, V. B. (2014). Bibliotecas públicas brasileiras: panorama e perspectivas. Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação, 12(1), 123146. <http://brapci.inf.br/#/v/40037>.
- Miranda, D. S. (2018). Apresentação. Em F. H. Cunha Filho (Eds.), Teoria dos direitos culturais (pp.7-8). Edições Sesc São Paulo.
- Moura, R. E. M. & Melo, W. L. (2024, 7-10 de outubro). A biblioteca como instituição sociocultural: um estudo na biblioteca pública estadual de alagoas [Comunicações científicas – sessão II]. VI Seminário Internacional de Informação, Tecnologia e Inovação, Maceió, Alagoas, Brasil. <https://observinter.al.org.br/index.php/siti/article/view/153>.
- Moyses, M. F., Montalvão, C. R. & Zattar, M. (2019). A biblioteca pública como ambiente de aprendizagem: casos de makerspaces, learning commons e co-working. Revista Conhecimento em Ação, 4(2), 4-22. <http://brapci.inf.br/#/v/127437>.
- Silva, F. A. B., Araújo, H. E. & Midlej, S. A. (2021). A constituição e a democracia cultural. Em F. A. B. Silva (Eds.), Direito e políticas culturais (pp.11-68). Ipea.